
QUESTÕES TEÓRICAS-METODOLÓGICAS DA PRODUÇÃO RURAL FAMILIAR¹

Theories and Methodological matters of familiar rural productions

Estevane de Paula Pontes Mendes

Professora do Curso de Geografia, da Universidade Federal de Goiás/Campus de Catalão

RESUMO: *A organização do espaço agrário brasileiro é resultante da expansão das relações capitalistas de produção adotada, a partir do século XVI. O seu desenvolvimento materializa e acentua a dualidade entre a agricultura patronal e a agricultura familiar e, também, as desigualdades regionais em termos de renda e tecnologia que afetam diretamente o setor. O seu atual estágio de desenvolvimento mostra a fragilidade do mesmo, não contribuindo para o rebaixamento dos preços alimentares, redistribuição de rendas e qualidade de vida do produtor rural.*

Palavras-chave: Agricultura familiar, produção rural familiar, produção e produtividade do trabalho, estratégias de reprodução, geografia rural.

ABSTRACT: *The organization of Brazilian agrarian space is a result of the expansion of capitalist relations of production adopted, beginning in the 16th century. Its evolution materializes and makes stronger, the duality between "patronal" agriculture and familiar agriculture and, also, the regional differences related to incomes and technology, that directly affects this area. Its most recent period of growth shows its weakness clearly, and do not push down the food prices, a new form of distribution of incomes and the quality of life of the rural producer.*

Key-words: Familiar agriculture, rural familiar production, production and work productivity, production strategies, rural geography

RESUMÉ: *L'organisation de l'espace agraire brésilien est consécutive aux relations capitalistas de la production adoptée, depuis le siècle XVI. Leur développement matérialise et souligne la dualité entre l'agriculture patronale et l'agriculture familière et, aussi, les inégalités régionaux en fait de rente et technologie qui affectent directement le secteur. Leur présent stage de développement indique sa fragilité, n'en pas contribuant pour l'abaissement des prix alimentaires, redistribution des rendes et qualité de vi du producteur rural.*

Mots-clé: Agriculture familière, production rurale familière, production et productivité du travail, stratégie de reproduction, géographie rurale.

¹ As discussões apresentadas neste artigo originaram da dissertação de Mestrado: "A produção familiar em Catalão (GO): A Comunidade Coqueiro", na Universidade Federal de Uberlândia, sob a orientação da Profa Dra Vera Lúcia Salazar Pessoa – IG/UFU.

Introdução

A organização da sociedade brasileira é marcada pelo domínio de uma estrutura fundiária concentrada e monocultora, assentada em relações de produção as mais desumanas possíveis. Quanto à produção de gêneros alimentícios, esta se desenvolve à margem dessa sociedade, revelando a fragilidade e a dependência social e política desse estrato de agricultores. A sua história encontra-se vinculada, mesmo que marginalmente, aos eventos que promoveram e sustentaram as grandes propriedades, como a agricultura extrativista do início da colonização, os ciclos econômicos em meados do século XIX, o início da ocupação do sertão (ciclo do ouro) e a colonização do Sudeste e do Sul e, por último, a modernização do latifúndio, iniciada na década de 60. Esses fenômenos representam a base de discussão deste trabalho, no qual é apresentado o desenvolvimento marginal da agricultura familiar e seus reflexos sobre a produção rural familiar.

A agricultura brasileira consagra-se pela sua diversidade qualitativa e quantitativa, promovendo uma intensa diferenciação e mesmo exclusão de grupos sociais e de regiões econômicas. Desenvolvem-se unidades de produção, altamente modernas (empresas agrícolas), caracterizadas por um elevado emprego de recursos tecnológicos, produtos químicos e um aumento da produção e produtividade (segundo o modelo produtivista implantado) que possibilita o fenômeno das "supersafras" e, ao seu lado, desenvolve-se a luta pela sobrevivência, pela produção/reprodução rural familiar e pelo direito de permanecer na terra ou reconquistá-la. A história de suas vidas é traduzida na luta para sobreviverem às dificuldades de cada dia.

O objetivo deste trabalho é estabelecer

uma reflexão teórico-metodológica, que permita a orientação da análise sobre a questão agrária no Brasil, dando ênfase ao surgimento e desenvolvimento da produção rural familiar. É proposto, enquanto método de análise, que o capitalismo, em seu processo de expansão (Divisão Internacional do Trabalho), não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, como também engendra relações não capitalistas de produção (MARTINS, 1986). A mercadoria, sob esta perspectiva, dá um caráter mundial ao capitalismo. Dessa forma, a produção, o intercâmbio, a circulação e a troca se encontram subordinadas a um processo único. A discussão proposta encontra-se distribuída em três subtópicos, além da Introdução e Considerações finais: Contextualizando a questão agrária, A trajetória da produção rural familiar, sua autonomia e transformações na modernidade e As estratégias da produção rural familiar e seus limites.

1 - Contextualizando a questão agrária

A compreensão da agricultura brasileira, na sociedade contemporânea, exige o conhecimento da evolução da força produtiva e dos fenômenos que condicionaram sua evolução. Essa evolução considera elementares as diferentes formas de apropriação dos meios de produção. O capitalismo cria condições de desigualdade, de diferenciação e apóia seu desenvolvimento, sua existência nesse movimento. Amin e Vergopoulos (1986) mostram a necessidade de um ambiente não capitalista para o desenvolvimento capitalista.

Para Kautsky (1972), a família camponesa se bastava quase que inteiramente, vendia apenas o excedente que produzia, e, ainda, financiava a compra do supérfluo para os seus senhores. As provisões armazenadas

impediam que imprevistos, como má colheita e incêndios, esgotassem as possibilidades de sua existência. O autor ainda afirma que os camponeses eram independentes, o trabalho era familiar e não havia pagamento. Predominava uma baixa divisão social do trabalho, baseado no sexo e na idade. Como a produção era regulada pelo consumo, o tempo que lhes sobrava era dedicado as suas famílias.

Nas considerações de Huberman (1986), essa economia baseava-se num sistema de deveres e obrigações que norteavam todas as relações estabelecidas nessa sociedade. Torna-se importante ressaltar que o senhor não era o proprietário das terras (feudos), ele próprio era arrendatário de outro senhor, segundo uma escala hierárquica de titulações de nobreza (barão, conde, duque, rei). Nesse sistema, assentado nas relações de vassalagem, a Igreja prestava ajuda espiritual, a nobreza proteção militar e, ambas exigiam como pagamento o cultivo de suas terras.

A análise do dinamismo da organização sócio-espacial leva-nos a compreender que mesmo antes do surgimento da propriedade privada sobre o solo, já existiam outros mecanismos presentes nessas sociedades, que asseguravam o monopólio do uso da terra. Esses mecanismos baseavam-se nos costumes e na tradição desses povos. Assim, se estabeleciam os códigos jurídicos que regiam esse modelo social, assentado num amplo regime de vassalagem. O elemento desestruturador dessa ordem social estabelecida, na Europa Ocidental e Central até aproximadamente o século XII, será a evolução da atividade comercial, tendo os burgueses como seus representantes. O que nos interessa, nesse contexto, são as modificações que ocorreram sobre a produção, sobre as relações de produção e sobre a posse da terra.

Kautsky (1972) salienta que a produção agrícola se transformou em mercadorias e o

produtor já não tinha acesso direto aos consumidores. A duração dos mercados e as distâncias impediam, esses produtores, de comercializarem a sua própria produção acarretando uma diminuição de sua renda. A agricultura moderna apresentava condições amplas e variadas modificando-se constantemente no que diz respeito à produção, circulação, compra e venda e na adoção de um único cultivo para o mercado. Contrastando-se a esse modelo, Kautsky caracterizou a propriedade rural como sendo a reunião das mais diversas espécies de explorações, como criação de gado, cultura da terra, horta, pomares e capoeiras, o que não constituía uma produção voltada para o mercado e sim para as necessidades do grupo familiar.

Alguns fenômenos que surgem em determinados contextos e que ganham força na sociedade podem vir a mudar o rumo da ordem social vigente. Mas isso não significa que o segmento social responsável pela introdução desse novo elemento, que pode vir a dar uma nova orientação para a história, tenha consciência de tamanha complexidade conjuntural. Os fenômenos surgem como resultado do próprio dinamismo sócio-econômico (desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção) e podem vir a sugerir mudanças consideráveis nesses contextos sem que a sociedade, que os permitiu desenvolver, tenha domínio sobre o desenrolar dos fatos (MENDES, 2001).

Kautsky (1972) procurou mostrar a superioridade da grande exploração capitalista sobre a propriedade familiar e a inutilidade de se procurar frear o movimento invencível de expropriação camponesa que o capitalismo promove. Para o autor, o lugar onde os camponeses sobrevivem não é sinônimo de eficiência, mas superexploração, uma vez que vendem seus produtos a preços que não cobrem

sua própria subsistência. Nessas condições seria impossível ao pequeno estabelecimento agrícola incorporar as conquistas técnicas, a gestão e os recursos econômicos que os capitalistas detinham. Prevalceria a tendência de a grande e não a pequena exploração se integrar com a indústria.

A sociedade capitalista, na concepção de Marx (1996), é o desenvolvimento da contradição entre o caráter privado e o social do trabalho, sugerindo uma organização social racionalmente disposta e controlada. Esse dinamismo da própria socialidade no mundo das mercadorias reduz a sociedade em apenas duas classes sociais. A partir dessas considerações, constata-se que não tem sentido buscar em Marx informações sobre outra forma de organização social, o que justifica sua previsão trágica sobre os camponeses. Nas teorias marxistas a evolução da agricultura capitalista segue os mesmos caminhos da indústria, principalmente, no que diz respeito a seu fim, a lucratividade.

Para Chayanov (1974), o campesinato não é simplesmente uma forma ocasional transitória, fadada ao desaparecimento. Trata-se de um sistema econômico em que na sua própria existência é possível encontrar as leis da reprodução e do seu desenvolvimento. O trabalho do camponês tem como fim a satisfação de suas necessidades, ele cria a sua própria existência.

Os fatores, que explicam a dinâmica de uma unidade de produção fundamentalmente doméstica, encontram-se na relação existente entre o volume da atividade familiar e o número de consumidores. Considera-se também a combinação entre esses recursos e os meios de produção (terra e ferramentas de trabalho) mediada por uma dimensão subjetiva, própria deste tipo de economia. A intensidade do trabalho é dada pelo grau de auto-exploração da força de trabalho da família frente à satisfação

ou não de suas necessidades de consumo. A natureza da motivação da atividade econômica da família camponesa reside nessa relação – no balanço entre trabalho e consumo.

A análise metodológica usada por Marx, na compreensão dessa problemática, assenta-se sob o ponto de vista do sistema econômico global e a análise de Chayanov, numa perspectiva de micro-sistema, em que ambas são necessárias para a compreensão das condições sócio-econômicas internas dessas explorações.

Nas economias desenvolvidas, a produção de gêneros alimentícios e matéria-prima para o meio urbano assenta-se na agricultura familiar. Essas unidades caracterizam-se por apresentarem um alto grau de tecnificação, elevada produção e produtividade, trabalho familiar, emprego de pouca mão-de-obra assalariada, elevado investimento de capital, respondem rapidamente às exigências do mercado consumidor, o produtor geralmente é especializado nas atividades agropecuárias, o Estado apresenta as políticas agrícolas e agrárias segundo as condições locais/regionais de seu país (controla o preço da terra, a renda e a oferta de produtos), enfim, as atividades agropecuárias encontram-se subordinadas às atividades urbanas, ao mesmo tempo que contribuem, significativamente, para o desenvolvimento das mesmas. Esse processo caracteriza a transferência setorial da renda, ou seja, diminui a renda dos produtores rurais e aumenta a possibilidade de expansão das atividades urbanas (ABRAMOVAY, 1992).

Na economia brasileira, a atividade agropecuária não apresenta essas mesmas características. A agricultura familiar, embora tenha um papel fundamental na oferta de gêneros alimentícios e matérias-primas (para o mercado interno) e como reserva de força de trabalho, diminuindo os problemas sociais, não é

contemplada pelas políticas públicas do Estado. Várias características apresentadas pelas obras clássicas da questão agrária, em períodos e contextos tão diferentes, fornecem-nos subsídios para a compreensão da diversidade apresentada pelo desenvolvimento das atividades agropecuárias no Brasil.

As considerações de Marx, Kautsky, Chayanov, Amin e Vergopoulos ressaltam as modificações promovidas pela expansão do capital no campo. Marx insere o camponês no circuito da produção simples de mercadoria, em que o camponês, proprietário/produzidor, entra no mercado com o produto de seu trabalho e como consumidor de produtos (mercadoria – dinheiro – mercadoria). Kautsky, ao estabelecer a relação da pequena exploração com o mercado, sugere a incompatibilidade dessas unidades produtivas em responder às exigências dessa sociedade.

O trabalho de Chayanov valoriza os elementos que constituem a organização interna das unidades de produção familiar, segundo a perspectiva do balanço entre o trabalho e a necessidade de consumo do grupo familiar, não despreza a necessidade de investimento tecnológico, mas não valoriza a relação dessas unidades produtivas com o mercado (com o restante da sociedade). Já Amin e Vergopoulos reforçam os argumentos de Marx, em que o capitalismo promove a subordinação da agricultura baseado em seus próprios fatores de produção: terra, capital e trabalho. Os fenômenos considerados por estes autores podem ser observados na organização do espaço agrário brasileiro, onde o capitalismo implantou o desenvolvimento de uma agricultura que contribuiu para a acumulação primitiva do capital internacional.

2 – A trajetória da produção rural familiar, sua autonomia e transformações na modernidade

A atividade agrícola no Brasil surge, a partir da expansão do sistema sócio-econômico capitalista, com o expansionismo comercial europeu no início do século XVI. A ocupação e a organização sócio-econômica e espacial do território brasileiro, que propiciou o desenvolvimento da atividade agrícola, foram criadas pelos colonizadores. Diferentemente do velho mundo, onde a agricultura surgiu séculos antes da economia mercantil, no Brasil, a atividade agrícola é introduzida pelo colonizador, pela necessidade do mercantilismo. Aqui, o mercado cria a agricultura, sob uma política, eminentemente, comercial.

A colonização do Brasil, segundo Graziano Neto (1986), apresentou características específicas. Colonizar significava o estabelecimento de feitorias, com agentes comerciais, funcionários e militares para a defesa do território, ou seja, eram entrepostos comerciais. Os colonizadores não encontraram no Brasil nenhuma produção organizada. A população indígena era esparsa e não havia produtos nativos aproveitáveis a serem traficados, como era feito com as especiarias no Oriente. Nessa fase, a atividade organizada foi o extrativismo.

A colônia passa a ser efetivamente ocupada com a produção açucareira. O território brasileiro foi dividido em grandes faixas a partir do litoral, chamadas de Capitânicas (totalizavam 12). Essas propriedades foram doadas a fidalgos da Coroa, que tinham plenos poderes sobre suas posses. Tanto a Coroa quanto os donatários fizeram novas distribuições de terras a cristãos que as quisessem. Essas propriedades, também imensas, foram chamadas de sesmarias (Estatuto Sesmarial). Em pouco tempo, uma parte

considerável do território foi dividida em grandes latifúndios.

O objetivo mercantil da produção de açúcar e a falta de trabalhadores dificultaram o estabelecimento de pequenas propriedades no Brasil. Ao mesmo tempo, o controle político da colônia seria mais facilmente exercido no novo mundo com poucos proprietários. A dificuldade em encontrar trabalhadores dispostos a vir para as novas terras, como simples empregado fomentou o renascimento da escravidão. A escravidão renasce nas colônias para atender aos latifundiários e ao capitalismo comercial.

A organização do espaço agrário brasileiro constitui-se como parte da expansão da empresa colonial portuguesa, da expansão capitalista sob uma política mercantilista. Através do pacto colonial, a metrópole polarizava a colônia e estabelecia o domínio dos latifúndios. A interpretação dos latifúndios como feudos constitui um equívoco atribuído aos modelos interpretativos importados.

No Brasil foram estabelecidas as relações de trabalho essencialmente capitalistas de parceria. Linhares e Silva (1981) encontram dificuldades em aceitar a possibilidade de existirem, numa mesma sociedade, setores independentes uns dos outros. A subordinação interna ao imperialismo criou um modo de produção historicamente específico, o Escravismo Colonial. É destacada [...] “a capacidade que tem o processo de desenvolvimento capitalista de não apenas refuncionalizar formas preexistentes, como também de criar e recriar relações não capitalistas de produção” (Ibid. p. 67).

Prado Júnior (1992) afirma que a colonização portuguesa, no Brasil, caracteriza o contexto da expansão capitalista européia e da polarização metrópole/colônia. Dessa maneira não é conveniente a colocação do caráter feudal do latifúndio. O latifúndio é a base

da empresa capitalista, que nasceu sob o signo da produção destinada ao comércio distante e que se constituiu na própria base do colonialismo moderno mercantil.

Para Queiroz (1976), as fazendas de monocultura de exportação ou de gado não constituíram feudos, nem mesmo no período colonial, em que predominava uma economia autárquica e quase fechada. Desde o início da colonização, as empresas comerciais organizaram os empreendimentos econômicos com o propósito de lucro. Foram estabelecimentos típicos de uma sociedade capitalista.

Mendes (2001) diz que vários modelos interpretativos importados procuram homogeneizar a experiência histórica das economias colonizadas e acabam inserindo categorias equivocadas na compreensão das relações de trabalho no campo. Essas análises, geralmente, apresentam o processo histórico como linear, não admitindo alteração na ordem de sucessão dos modos de produção no tempo e também não aceitam a possibilidade de existência de outros sistemas produtivos além daqueles formalmente definidos.

Martins (1986) atém-se ao problema da produção capitalista de relações não capitalistas de produção. Um modo de produção é historicamente determinado pela exploração da força de trabalho no processo de produção ou nas relações de trabalho, em que são produzidas também as relações fundamentais de uma sociedade. A hipótese do autor é que o próprio capital engendra e reproduz relações não capitalistas de produção.

Enfoca-se a questão da renda territorial da sociedade capitalista. A renda da terra é de origem pré-capitalista, no entanto, perde esse caráter à medida que é absorvida pelo processo do capital e se transforma em renda territorial capitalizada, onde introduz uma irracionalidade

e/ou racionalidade na reprodução do capital. Dessa forma, a determinação do capital não destrói a renda nem preserva o seu caráter pré-capitalista, mas transforma-a, incorporando-a como uma renda capitalizada.

Considerando a complexidade das situações apresentadas pela economia brasileira, principalmente, no que tange às relações de trabalho estabelecidas no campo, como o trabalho escravo, a meação, o trabalho familiar, a parceria e o assalariamento, vários estudiosos (economistas, historiadores e sociólogos) preferiram propor a existência de sistemas específicos. Esses sistemas específicos não foram definidos nem como feudais nem como capitalistas. As estruturas sócio-econômicas do Brasil passaram a ser consideradas como historicamente específicas – a *plantation*, o latifúndio, a pequena produção mercantil ou a economia camponesa vista à maneira de Chayanov e o escravismo colonial (LINHARES; SILVA, 1981).

Para Dowbor (1982), o objetivo da produção no Brasil era favorecer a acumulação capitalista no Centro (economias capitalistas dominantes). A economia brasileira era organizada para produção segundo as necessidades externas, sendo a razão de existência dessa agricultura dependente da exportação e subordinada ao ciclo completo de reprodução (produção e circulação), ou seja, às necessidades de acumulação do capital “seria correto falar de um modo de produção capitalista dependente, pois com dominância capitalista e submetido a uma dinâmica extrovertida” (DOWBOR, 1982, p. 61).

A exploração agrária nos trópicos realizou-se em larga escala, dando origem a grandes unidades produtivas, com emprego de elevado número de trabalhadores e o estabelecimento de uma cultura monocultora. A cultura de cana só era viável economicamente a

grandes plantações, considerando os gastos com transporte para colocar o produto no mercado. Não havia a organização de um mercado interno para o consumo da produção de açúcar. A limpeza do terreno exigia o esforço reunido de muitos trabalhadores, o que dificultava o investimento pelos pequenos proprietários isolados.

O objetivo do sistema de grande exploração consistia na produção de certos gêneros tropicais de grande valor comercial. A exploração em larga escala abrangia áreas extensas, com numerosos trabalhadores, sendo a única organização coletiva do trabalho e da produção, enquanto que a pequena exploração era parcelária, realizada diretamente pelos proprietários ou arrendatários.

Os primeiros colonos recrutados tinham que apresentar aptidão para a atividade e recursos financeiros, e eles vinham para o Brasil com a meta de tornarem-se grandes senhores e latifundiários. A colônia brasileira repelia o colono que vinha como simples povoador. A grande maioria desses colonos estava condenada a uma posição dependente e de baixo nível, seu trabalho assegurava a eles, apenas, a subsistência. Os donatários eram os verdadeiros donos da terra e a distribuíam entre os colonos, os agregados da fazenda.

O regime de posse de terra adotado foi o da propriedade alodial e plena. Os donatários dispunham de terras para distribuírem entre os colonos. Gorender (1994) acrescenta que a organização da agricultura brasileira se dava pela plantagem exportadora. A plantagem era um estabelecimento mercantil especializado, juntamente com o latifúndio pecuário de caráter pré-capitalista que dominou a formação social do Brasil mesmo após a abolição. Esse processo fomentou a organização de um modo de produção subordinado que implicou no desenvolvimento do capitalismo e não do

feudalismo. É preciso considerar o caráter juridicamente alodial e alienável da propriedade da terra desde o início da colonização portuguesa, ao contrário do que é típico no feudalismo.

A propriedade da terra, no Brasil, desde que foi distribuída em sesmarias, no século XVI pelos colonizadores portugueses, sempre foi uma propriedade alodial, quer dizer, livre de encargos feudais; quem adquiria essa terra, por via de sesmaria, ou depois, de compra, não ficava vassalo de ninguém, não era um homem dependente, não era obrigado a pagar os inúmeros tributos feudais (GORENDER, 1994, p. 23).

Na primeira fase da economia Brasileira, a agricultura organizou-se em dois setores de produção, a saber a economia de exportação e a de subsistência. A grande produção para exportação assentava-se na exploração dos recursos naturais (como açúcar, tabaco, ouro e diamante, algodão e café), que ocupava os melhores solos e localização. Já as atividades acessórias tinham como objetivo manter em funcionamento a economia de exportação, fornecendo os meios de subsistência à população empregada no primeiro setor. Esse primeiro setor foi responsável pela organização sócio-espacial.

À medida que os preços dos produtos de exportação se elevaram, restringia-se, gradativamente, a produção de gêneros de manutenção e pecuária, sugerindo a constituição de lavouras especializadas. Essas explorações rurais que surgiram eram separadas da grande lavoura e constituíram um sistema de organização muito diverso. Prado Júnior (1992) as caracteriza como pequenas unidades que se aproximam do tipo camponês europeu, em que é o próprio proprietário que trabalha, ajudado por um pequeno núcleo de auxiliares, em regra sua própria família e, mais raramente, algum

escravo. A população indígena contribuiu, em grande parte, para o desenvolvimento desses pequenos produtores autônomos.

As pequenas culturas de subsistência se especializaram na produção de alguns poucos gêneros, complementares aos das culturas de exportação e, predominantemente, destinados ao consumo local, embora também pudessem ser exportados, como era o caso do tabaco, algodão e da aguardente. Eram culturas alimentares e produção de alimentos simples, como a mandioca, o milho e o arroz. Essas culturas de subsistência podiam ser encontradas nos domínios das grandes lavouras de exportação, que eram auto-suficientes na produção de alimentos dos seus proprietários e trabalhadores.

A região do Planalto Brasileiro era procurada desde o início da colonização, em função da abundância de seus recursos minerais. Essa ocupação ganhou maior relevância a partir do século XVIII, com a entrada no país de grandes massas humanas que foram submetidas à condição de escravos. Consideram-se dois fatores essenciais para a expansão interior: o bandeirismo preador de índios e o prospectador de metais e pedras preciosas. A transformação provocada pela mineração promoveu o deslocamento do eixo econômico da colônia, antes localizado nos grandes centros do Nordeste (Pernambuco e Bahia) para o Centro-Sul. A capital da colônia transfere-se, em 1763, da Bahia para o Rio de Janeiro.

A necessidade de abastecer a população, concentrada nas minas e na nova capital, estimulou as atividades econômicas de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. A agricultura e, em particular, a pecuária, desenvolveram-se consideravelmente nessas regiões. Prado Júnior (1992) salienta que o território das minas era impróprio para as atividades rurais, o solo era pobre e o relevo, acidentado. Essas especificidades regionais levaram os

mineradores a abastecerem-se de gêneros de consumo de outras regiões. É sob esse contexto que o sul de Minas Gerais apresentou o desenvolvimento de uma economia agrária assentada na produção de gêneros alimentícios.

Em Minas Gerais, a cultura de gêneros alimentícios era praticada por pequenos e médios proprietários de terras e escravos. Seu desenvolvimento é justificado pela falta de alternativas de lavoura de exportação e pela proximidade de dois mercados consumidores, a zona mineradora e o centro urbano e portuário do Rio de Janeiro.

Com a vinda da Família Real Portuguesa, em 1808, e com a independência política em 1822, tornou-se necessária a abertura dos portos (Lei de Alves Branco) e, conseqüentemente, ocorreu o fim do pacto colonial. Esses fatores reforçaram a condição de economia primário-exportadora, revigorando o latifúndio e o escravismo colonial, como nos mostra Costa (1998, p. 20): “o surto cafeeiro trouxe um recrudescimento da escravidão. A demanda de negros aumentou. Recrudescer o tráfico, apesar de todas as restrições que vinham sendo feitas.”

Martins (1986) considera que de 1875 a 1883 a produção era realizada, parcialmente, dentro das relações capitalistas de produção, sendo a força de trabalho comprada através do pagamento do trabalho necessário e apropriação do excedente sob forma de mais-valia, embora o salário proviesse de fontes monetárias e não monetárias. As relações de trabalho, que predominaram na substituição do escravo pelo trabalhador livre, assentaram-se na produção direta dos meios de vida necessários à reprodução da força de trabalho e no cultivo dos cafezais.

A partir desse período, verifica-se o desenvolvimento inicial de uma agricultura brasileira especializada, intensiva e permanente. Essa atividade econômica foi responsável pelo

deslocamento definitivo do eixo da economia brasileira do Nordeste para o Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro e suas imediações apresentavam uma boa infra-estrutura de transportes, comercialização, financiamento e recursos semi-ociosos sob forma de terras, mão-de-obra e empresariado.

A ausência de regulamento sobre o regime de terras no Brasil, entre 1822 e 1850, favoreceu fundamentalmente o surgimento de fazendeiros fluminenses, mineiros e paulistas. Suas terras não tinham origem nas antigas sesmarias, mas na tomada pura e simples de terras devolutas. Martins (1981) discorre sobre os vários problemas provenientes da expansão desses posseiros. Formaram-se dois pólos de influência, onde de um lado estava a tradicional aristocracia latifundiária açucareira nordestina e a burguesia mercantil do Rio de Janeiro e do outro lado, os fazendeiros fluminenses, mineiros e paulistas dispostos a tomar parcelas do poder.

É nesse contexto que surge a Lei de Terras que institui um novo regime fundiário aliado a uma firme política imigracionista. Essas medidas tinham como objetivo impedir a violência que dividia a classe dominante face à competição e também impedir a formação de um campesinato livre. A constituição de 1824 reconfirmou a exclusão política dos pobres, uma exclusão de ordem econômica. Pode-se afirmar que a formação dos latifúndios apresenta uma diferenciação histórica. Os primeiros tiveram origem nas antigas sesmarias e os outros latifúndios surgiram em escala muito maior no período compreendido entre 1822 e 1850.

Martins (1981) acrescenta a esse processo a questão do campesinato, que após 1850 foi colocada em novos termos, ou seja, o camponês foi libertado da grande propriedade, ao mesmo tempo em que se subjugou a ela. O espaço do camponês passa a ser um e o espaço do fazendeiro passa a ser outro. “Surge um

campesinato de pequenos proprietários, um campesinato moderno cada vez mais dependente do mercado, um campesinato de homens livres, compradores de terra, cuja existência é mediatizada por uma terra já convertida em mercadoria” (MARTINS, 1981, p. 43).

Em 1850 ocorreu um outro fato muito importante para a economia brasileira, o fim do tráfico transatlântico de escravos negros. O ministro da Justiça, Eusébio de Queirós foi o responsável pela empreitada. A cessação do tráfico impôs, essencialmente, uma política global que evitasse uma depressão econômica e atingisse os setores de ponta das exportações brasileiras e o próprio Estado Imperial.

Para Martins (1986), a Lei de Terras (1850) e a Lei da Abolição da Escravatura (1888) contribuíram para o advento de uma modalidade de trabalho livre que permitiu a substituição do trabalho do escravo sem destruir ou ameaçar a economia da grande fazenda. O caminho apontado foi o incentivo a correntes migratórias (italianos, alemães, espanhóis). As mudanças ocorridas com a abolição da escravatura representaram mera transformação na condição jurídica do trabalhador. O trabalhador escravo assumia previamente, a forma de capital e de renda capitalizada e o trabalhador livre assumiria a forma de força de trabalho estranha e contraposta ao capital. O resultado não foi apenas a transformação do trabalho, mas também a substituição do trabalhador.

A partir desse período, o nome de colonização será utilizado para se referir ao primitivo sistema de localização dos imigrantes em pequenas propriedades, agrupadas em núcleo, e a imigração, subvencionada ao processo de recrutamento e fixação dos imigrantes para as lavouras de café. Segundo Prado Júnior (1992), o plano de colonização não apresentava solução tão pronta e imediata, mas suas perspectivas eram mais amplas.

Esperava-se que dos núcleos coloniais saíssem os trabalhadores necessários e, também, apresentava a vantagem de tornar a imigração, para o Brasil, mais atraente, oferecendo aos imigrantes, desde o início, a possibilidade de se tornarem proprietários. Já no âmbito social, formariam verdadeiros povoadores, fixados na terra e com ela identificada, em vez de populações flutuantes e desenraizadas de mercenários. Prado Júnior ressalta (1992) que os partidários da nova política de colonização nada puderam contra o interesse poderoso dos proprietários, ansiosos por braços e necessitados de uma solução imediata para o problema de mão-de-obra que enfrentavam.

A colonização estrangeira no extremo sul do país, na segunda metade do século XIX, encontrou facilidades para o estabelecimento de pequenas propriedades. Nessas regiões temperadas, constituiu-se um setor cuja organização econômica e social assentou-se no grande parcelamento da propriedade fundiária, na ausência do latifúndio, em pequenas culturas e outras atividades de caráter local destinadas ao abastecimento interno do país (cereais, vinhos, produtos de granja).

Os governos das províncias que se encontravam longe dos domínios da grande lavoura fomentavam, com o povoamento, as atividades econômicas e as rendas públicas e também solucionavam o problema de imensas áreas desertas e desocupadas.

A transformação do regime de trabalho assegurou o progresso do sistema produtivo do país e tornou-se um dos mais fortes elementos de desintegração da grande propriedade. Esse novo regime de trabalho introduziu a instabilidade da mão-de-obra que, frente às primeiras dificuldades, abandonava a propriedade. O trabalhador europeu contava com o recurso da emigração, retornando ao seu país de origem e, também, mudava, constantemente,

de uma propriedade para outra. Essa imigração/migração constituiu um fato normal e permanente.

Já a região Centro-Sul, descrita por Prado Júnior (1992), era considerada um miolo de territórios desertos, que começou a ser povoada na segunda metade do século XIX por fazendas de gado. A origem desses povoadores é Minas Gerais, sendo mais densamente ocupada por efeito da intensa mineração do século XVIII.

A concentração cada vez maior das atividades na produção de uns poucos gêneros exportáveis e a estruturação de toda a vida do país, sobre base tão precária e dependente dos mercados internacionais, tornaram o sistema frágil e vulnerável. Para Szmerecsányi (1990), a produção brasileira só conseguia competir nas épocas de ampliação da demanda e de elevação dos preços no mercado internacional, o que lhe atribuía uma duração limitada. As áreas de solos exauridos eram abandonadas. A atividade pecuária era praticada, geograficamente, em áreas diferenciadas impossibilitando a adubação através de um processo natural (não há registro de práticas de recuperação dos solos por meio de adubação orgânica ou química).

Através de vários relatos sobre a prática dos primeiros agricultores brasileiros constatase que os solos exauridos pela prática de uma agricultura extrativista eram abandonados. Os recursos técnicos usados eram precários, não havia nem mesmo irrigação, e inexistia a seleção das variedades cultivadas e o beneficiamento dos produtos, também, era precário. Observa-se que toda economia pautava-se numa intensa exploração da força de trabalho prevalecendo um baixo desenvolvimento da força produtiva.

As crises sucessivas que a agricultura brasileira atravessava levou alguns latifundiários a retalharem suas propriedades. E o Estado, com o objetivo de estimular a imigração, em determinados períodos de crise de mão-de-obra,

facilitou a aquisição de pequenas propriedades. Esses fatores são importantes na moderna fase da economia brasileira, pois marcam o surgimento da produção familiar, quase ausente no passado.

Nos primeiros séculos de colonização, não havia lugar para esse tipo de propriedade numa economia voltada, exclusivamente, para a exploração, em larga escala, de produtos de alto valor comercial como o açúcar, o algodão, o café, a borracha, o cacau, assentado no trabalho de escravos ou semi-escravos que formavam a massa de trabalhadores do país. As condições econômicas fundamentais do país e a estrutura social tornavam inviável uma organização agrária democrática e de larga repartição da propriedade fundiária. A pequena propriedade (produção familiar), não representou, no passado, um elemento ponderável no conjunto da economia brasileira.

É somente no século XIX, a partir de circunstâncias novas e específicas dessa fase moderna de nossa evolução, que ela começa a tomar vulto. É sob a ação de fatores contraditórios, como a grande imigração europeia do século passado, o crescimento e conseqüente adensamento da população, a partilha por sucessão hereditária, a desagregação do regime servil, as crises atravessadas pelo sistema de grande exploração e sua ruína em diferentes regiões do país que a agricultura brasileira se desenvolve.

A colonização, seja oficial ou por iniciativa particular, ocupou as terras cansadas e já imprestáveis para as grandes lavouras e determinadas regiões que apresentavam condições naturais impróprias para as grandes lavouras. Sua principal área de difusão localizou-se em áreas onde a grande lavoura não se desenvolveu ou decaiu.

Um dos fatores que muito estimulou o desenvolvimento da produção familiar foi a

formação de grandes aglomerações urbanas e industriais. As culturas de gêneros alimentícios voltavam-se para o seu abastecimento (verduras, frutas, flores, aves e ovos). Tal produção não era compatível com os padrões clássicos da grande propriedade extensiva e monocultora. Essa agricultura é especializada, trabalhosa e apresenta uma pequena margem de lucros. Sua produção não era possível em larga escala e muito menos atraente para o grande proprietário.

Prado Júnior (1992) afirma que, no resto do país, o processo de retalhamento da propriedade fundiária não contará com o estímulo trazido pela imigração européia, que não se adaptou ao clima mais acentuadamente tropical. Nessas áreas, também, não foi verificada a concorrência da grande lavoura comercial, o que tornou possível o estabelecimento e desenvolvimento de uma estrutura agrária que não fosse, fundamentalmente, a grande propriedade, sendo resultante da simples ocupação de terra por povoadores modestos. É o caso dos posseiros, ocupantes, sem título, de terras ainda desocupadas em áreas pioneiras, ou então abandonadas. Verificou-se também o parcelamento das propriedades por herança, sugerindo sua fragmentação.

Os agricultores responsáveis pela organização da pequena produção de gêneros alimentícios eram, em sua maioria, indivíduos recém-egressos do estado servil ou semi-servil. Essa população não tinha tradição na atividade agrícola, salvo a população que ocupou o Brasil meridional. Além de não apresentarem preparo suficiente para essa atividade, também não contavam com recursos financeiros para organizar uma atividade agrícola regular e com alguma perspectiva.

Outro fator agravante é o descaso dos governantes frente à existência da produção familiar. Não foi organizado um sistema

comercial conveniente e capaz de atender às suas necessidades, contribuindo para um processo de intensa especulação e exploração do trabalho familiar.

Essa população do campo, o mulato e o mestiço, não era nem senhor nem escravo, não era grande fazendeiro, mas também não era trabalhador sem terra, fazia-se notar por sua numerosidade. Formavam uma camada intermediária, do ponto de vista étnico e sob o ponto de vista sócio-econômico não era reconhecida perante a sociedade da época. O caipira, o tabaréu e o caboclo asseguravam o abastecimento de gêneros para a maioria da população com suas roças policulturas.

Queiroz (1976) discorre sobre o preconceito quanto à população mestiça. Vários trabalhos tentaram explicar o atraso do meio rural brasileiro, a partir da existência dessa população. Para alguns, tratava-se de uma população preguiçosa e vadia, inaproveitável para um trabalho regular. Eram considerados inaptos a uma evolução sócio-econômica.

Queiroz (1992), concordando com Antônio Cândido (1971), afirma que os caipiras estavam presos a uma organização de vizinhança, o bairro rural. Cada bairro era composto de famílias conjugais autônomas, autárquicas, lavrando independentemente suas roças quando e como queriam. Eram relativamente autônomos, mas se congregavam numa zona e reconheciam o seu espaço geográfico. A comunidade se integrava em conjuntos organizados sob diferentes graus de relações: as relações dos bairros entre si, as relações com a região e as relações com o exterior (ou seja, com tudo que ultrapasse a região).

A economia representa o elemento principal que força a saída dos sitiantes (pequenos produtores) de seu dito isolamento. Os pequenos produtores precisam sair do meio

restrito em que vivem, para vender o excedente de um produto qualquer na sede municipal. Estão sempre em contato com uma realidade sócio-econômica diferente da sua.

Aos pequenos agricultores ficou relegada a produção de alimentos básicos. O setor chamado moderno, dinâmico, de grandes propriedades, é destinado a atender ao mercado internacional e o setor chamado tradicional de baixa produtividade (pequenos produtores de subsistência, produzindo alimentos) atende ao mercado interno. Como regra geral, a produção de alimentos sempre foi coisa de pobre. Esses dois setores distintos estabelecem uma interdependência e uma complementaridade.

A produção familiar se estabeleceu subordinada à estrutura tradicional brasileira, ficando desamparada, condenada “quase sempre a marcar passo e vegetar em seu natural primitivismo” (PRADO JÚNIOR, 1992, p. 255). Este é, sem dúvida, o aspecto fundamental da questão agrária brasileira, caracterizando-se como um problema econômico, social e político que o país hoje enfrenta. O desenvolvimento da produção familiar no Brasil está subordinado às medidas de ordem política e jurídica. Somam-se, a esses fatores, medidas de amparo efetivo, técnico e financeiro.

Os projetos de mudanças da dinâmica da agricultura brasileira têm sua origem no século XIX. As medidas decorrentes desses projetos assentavam nas transformações da base técnica, processo chamado de modernização que consistia na subordinação da natureza (os obstáculos apresentados pelo meio) ao capital (recursos técnicos aplicados à atividade agrícola). A agricultura é gradativamente transformada num setor de aplicação de investimentos de capitais, representando um amplo mercado consumidor de insumos agrícolas e bens de consumo, duráveis e não duráveis, da indústria urbana e fornecedora de

gêneros alimentícios e matéria-prima.

A modernização conservadora, que ocorreu no Brasil a partir da década de 1960, caracteriza-se pela modernização da base técnica da produção agrícola estimulando a elevação do consumo intermediário (insumos agrícolas) pelo setor agrícola através da importação dos elementos de sua nova base técnica. Essa modernização apresentou caráter parcial e discriminador, pois não atingiu todas as fases dos ciclos produtivos e, em função da diversidade regional, várias regiões brasileiras ficaram alheias a esse processo, desencadeando um caráter excludente através da concentração e centralização dos recursos. Ou seja, as transformações na agricultura brasileira apresentam-se em níveis diferenciados entre as regiões do país, entre as atividades agropecuárias e entre os produtores rurais.

Guimarães (1989) descreve esse processo como modernização perversa, a legitimação da transferência setorial da renda, e caracteriza-a como irreversível. Já a agricultura familiar torna-se submissa às agroindústrias perdendo sua autonomia quanto à própria gestão de suas atividades. Amin e Vergopoulos (1986) afirmam que esses proprietários/produtores são transformados em assalariados, uma vez que são reduzidos a meros gerentes do próprio negócio.

Esse modelo de modernização da agricultura promove o aumento da produção e da produtividade do setor agropecuário, ao mesmo tempo, que acentua os problemas sociais no campo e na cidade através do fenômeno chamado êxodo rural. A tecnificação das atividades agrícolas tem criado um novo modelo de concentração da propriedade fundiária e da renda. O restante da agricultura é abandonado à sua própria sorte.

A produção agrária continuou compartimentada e distribuída pelas diferentes regiões do país, geralmente com um ou mais

gêneros para cada uma. Essas atividades desenvolveram-se independente uma das outras e voltada para as necessidades do mercado internacional. Essas diferentes unidades econômicas encontram-se reunidas num mesmo país e o que as aproximam é o caráter fundamental de se dedicarem à produção de gêneros alimentares e matérias-primas tropicais de exportação, cujo destino é sempre instável e dependente de um mercado externo.

Graziano Neto (1986) ressalta as articulações entre a chamada agricultura tradicional e a moderna produção. As relações de produção consideradas atrasadas, ou não plenamente capitalistas, recriam-se na economia, não tendendo a desaparecer como um todo. Esse fenômeno seria atribuído ao papel que esses produtores cumprem na acumulação de capital. Os pequenos produtores produzem alimentos a baixos preços e constituem reserva de mão-de-obra para as grandes propriedades. Graziano da Silva (1999) diz que ambos os papéis já foram eliminados atualmente.

Loureiro (1987) afirma que o processo de industrialização do campo, também chamado de modernização tecnológica, caracteriza a atual etapa de desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira. Esse processo apresenta-se sob diversos aspectos, tais como a formação dos complexos agroindustriais, a intensificação da concentração fundiária e das disparidades regionais, a proletarianização crescente dos trabalhadores, a expansão do exército de reserva e a unificação dos mercados de trabalho rural e urbano.

O desenvolvimento capitalista na economia brasileira é marcado por profundas disparidades regionais e crescentes desigualdades pessoais em termos de distribuição de renda. A agricultura tem contribuído para agravar esses contrastes, promovendo a concentração fundiária e o uso

especulativo da terra.

A expansão do latifúndio por áreas de fronteira agrícola gerou a especulação, concentração e centralização de capitais no setor agropecuário. Vários latifúndios não apresentavam fins lucrativos, sua ocupação configurava uma forma de especulação (reservas naturais, pastagens naturais e a silvicultura). À medida que se atribuiu valor a terra esta passou a representar uma oportunidade de investimento monetário, a renda capitalizada. Amin e Vergopoulos (1986) colocam que o Estado passa a controlar o acesso ao solo, mas não existe controle sobre seu uso, em virtude da deformação causada pela dominação do modo de produção capitalista.

Quanto à produção familiar, para Martins (1981), a exclusão define o seu lugar no processo histórico. A ausência de um conceito, de uma categoria, que o localize socialmente e o defina de modo completo e uniforme, constitui uma clara expressão de sua participação nesse processo, o personagem excluído.

Martins (1981) questiona as terminologias utilizadas por vários estudiosos para designar a produção familiar. As palavras camponês e campesinato são recentes no vocabulário brasileiro, trazidas pela importação política. Essas palavras foram introduzidas pelas esquerdas há poucas décadas, buscando dar conta das lutas dos trabalhadores do campo que se expandiram por várias regiões brasileiras, no decorrer dos anos de 1950. Antes desse período, o trabalhador tinha, no Brasil, denominações próprias, específicas a cada região. Nas regiões de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Paraná e Mato Grosso do Sul, eram chamados de *caipira*. No litoral paulista, *caiçara*. No Nordeste do país, *tabaréu*. Em outros lugares, *caboclo*. São palavras que desde tempos remotos possuem duplo sentido, com sugestões pejorativas.

Ainda nessa linha de pensamento, a concepção de camponês, trazida de outras realidades históricas (em particular da realidade russa dos fins do século XIX e início do século XX), ao ser imputada no Brasil apresenta dificuldades para explicar a situação e as lutas no meio rural brasileiro. Martins (1981) considera que o destino do produtor rural brasileiro passou a ser concebido através de um entendimento estrangeiro de destino do camponês e que não corresponde a sua realidade (como estranha é a própria palavra nova que o designa).

Prado Júnior (1987) questiona o caráter metodologicamente insustentável dessa transposição mecânica. As terminologias possuem um caráter conceitual e histórico. No seu entender, não tivemos nem temos no Brasil nada que se pareça com o camponês dessas concepções políticas. Tal camponês seria personagem de uma estrutura feudal ou dos restos do feudalismo, o que, no entender do autor, não tem cabimento. De um lado, porque o fazendeiro era um homem de negócios, de outro, porque as chamadas relações feudais ou semif feudais, como as várias formas de parceria, assimilaram-se antes ao assalariado.

Queiroz (1972) acrescenta que nas épocas mais antigas (na Europa Ocidental e Central) eram comuns os grandes conjuntos de parentela, ou de linhagem, localizadas na mesma vizinhança. No entanto, o que caracterizava a sociedade camponesa era sua relação com a instituição senhorial, elemento essencial para a compreensão do binômio apresentado na sociedade feudal (senhor feudal e servos). Segundo a autora, após a queda do Império Romano (século IV) o senhorio surgiu como elemento de maior importância para definir o campesinato. Nesta concepção, o campesinato é compreendido como uma camada subordinada e em oposição a uma camada superior.

Já Petrone (1984) ressalta a importância da pequena propriedade para a sociedade brasileira. Para a autora, a pequena propriedade era viável e a policultura permitia a sobrevivência. Soma-se a isso, o fato da policultura incrementar os circuitos comerciais de um mercado interno em desenvolvimento. E ainda uma urbanização relativamente rápida e uma industrialização não desprezível nas áreas onde foram implantados os projetos da pequena propriedade.

A produção rural familiar deve ser analisada em seu aspecto econômico e social. A perspectiva em questão é a utilização do potencial de transformação de pequenas propriedades no Brasil. O termo pequena propriedade empregado no texto se refere ao tamanho da propriedade e não ao tamanho dos negócios (renda agrícola). No entanto, se reconhece que, geralmente, as baixas rendas, o baixo nível de instrução, o uso reduzido de recursos tecnológicos, o excesso de trabalho pouco produtivo caracterizam, historicamente, a produção familiar brasileira. Essas unidades de produção devem ser analisadas a partir de elementos internos e externos que as caracterizam e permitem a sua produção/reprodução/transformação ou extinção na sociedade.

3 - As estratégias da produção rural familiar e seus limites

Considera-se significativo a importância social e econômica da produção familiar no conjunto da agricultura brasileira. No entanto, constata-se uma considerável divergência quanto a sua importância, o seu real papel na sociedade, seus destinos, as políticas públicas, as especificidades locais e regionais. Ressalta-se que é pela forma como se dá a sua inserção na sociedade que lhe atribui um caráter geral e

específico no seio de uma sociedade que dizem global.

Segundo Mendes (2001) prevalece uma multiplicidade de relações de trabalho na produção rural familiar, como a meação, o trabalho familiar, a demão, a parceria e o assalariamento. A propriedade ou o acesso a terra é vista como fundamental à sobrevivência desses produtores. O acesso à propriedade dá-se por meio da herança, da concessão verbal de uso e da compra. Todos os seus esforços são canalizados para aumentar a propriedade e permitir a reprodução da família evitando que parte de seus membros sejam expulsos. Os produtores praticam a policultura elegendo os produtos mais valorizados comercialmente para o mercado. Essa inserção ao mercado é fundamental para a economia familiar, porém essa relação é desigual.

Não existem mecanismos que atendam, satisfatoriamente, às necessidades desses produtores. A escolha da produção fundamenta-se, em sua maioria, em produtos que exigem poucos recursos tecnológicos e investimentos de capitais, não conseguindo competir com os agricultores especializados, visto a superioridade da grande exploração e da empresa rural, que cultivam produtos que exigem elevado dispêndio de trabalho.

Uma das estratégias encontradas pela maioria dos produtores tem sido o beneficiamento de parte de sua produção como meio de agregar valor (doces, licores, açúcar mascavo, água ardente, conservas de alimentos, polvilho, farinha de milho e de mandioca, quitutes, entre outros) procurando criar mecanismos de sobrevivência que sejam condizentes com sua realidade e que valorize os seus recursos. A incerteza de mercado para seus produtos e a desconfiança quanto a qualquer apoio externo agravam a situação.

Wanderley (1996) diz que suas

estratégias de reprodução se baseiam na valorização dos recursos de que dispõem no estabelecimento familiar, e se destinam a assegurar a sobrevivência da família no presente e no futuro. Para a autora, os produtores familiares enfrentam os novos desafios com as armas que possuem e que aprenderam a usar ao longo do tempo.

No que se refere aos encargos sociais, o pequeno produtor é considerado como um empresário, embora seja reduzido a um nível de vida inferior a de um trabalhador assalariado. O capital mercante, ao submeter à mercadoria à dinâmica do mercado, transforma o produtor independente em assalariado. Dessa maneira, a agricultura familiar contemporânea é socializada, no sentido que é socialmente pilhada.

Considerando os argumentos de Abramovay (1992), que fornecem dados empíricos sobre o desenvolvimento da agricultura nas Economias Centrais, o trabalho assalariado no campo se tornou exceção e não regra. E a agricultura tem assegurado o abastecimento alimentar abundante a preços estáveis, favorecendo a formação de novos padrões de consumo. O trabalho e o produto agrícola não é reduzido, apenas, à valorização de capitais agroindustriais. O setor agrícola é dinâmico e capaz de se integrar no movimento geral de acumulação.

É colocada em discussão a própria dinâmica do crescimento da agricultura brasileira assentada nas exportações de produtos alimentares e matérias-primas e, contraditoriamente, o consumo interno se mantém restrito. A idéia do padrão de modernização tecnológica, do trabalho assalariado no campo como a solução da baixa produtividade e dos elevados preços dos gêneros alimentícios que afetam, diretamente, à maioria da população urbana (sustentada pelas fontes

marxistas clássicas) não conseguem contemplar as atuais questões que envolvem esse setor. A teoria marxista da questão agrária se apóia na formação dos CAIs e na industrialização da agricultura, sendo, assim, colocada como Lei geral do desenvolvimento capitalista na agricultura.

Considerações finais

Constata-se uma considerável divergência teórico-metodológica entre os vários profissionais e pesquisadores que tratam a questão agrária brasileira o que reflete, também, sobre suas posições no que se refere a importância da produção rural familiar e seus destinos. Deve-se considerar, também, o desenvolvimento desigual, a nível econômico, social, político e tecnológico entre as regiões brasileiras. Geralmente, a unanimidade da reflexão assenta-se no caráter particular da inserção da produção rural familiar ao mercado, no reconhecimento da existência de uma multiplicidade de relações de trabalho e na busca, pelos produtores, de valorização de seus recursos.

Dentre os principais problemas verificados, destacamos a desigualdade nos mecanismos de troca, o acesso restrito aos recursos tecnológicos e o limitado investimento de capitais, as elevadas jornadas de trabalho, a instabilidade de preços e mercado, o baixo valor monetário (baixo valor agregado/baixa renda) atribuído a seus produtos, o nível de formação cultural dos produtores rurais, as precárias condições de vida, a fragmentação da propriedade pela herança, a incapacidade de assegurar, a todos os membros da família, a sobrevivência enquanto produtores rurais e, principalmente, a ausência de programas específicos (política creditícia e assistência técnica), que contemplem, efetivamente, a

realidade e as necessidades desse segmento, considerando sua importância, enquanto cidadão e trabalhador, e/ou mesmo o seu papel no conjunto da sociedade brasileira. Essas variáveis apresentam diferenças de uma região para outra, onde em alguns locais e estados elas podem ser mais ou menos significativas.

Nesta perspectiva, o modelo de desenvolvimento da agricultura brasileira não tem contribuído para o crescimento econômico, possibilitando ganhos no trabalho e o consumo de massas (papel visto como fundamental). É colocado em questão: a concentração excessiva da renda, o excesso de trabalho pouco produtivo, as terras subutilizadas, as desigualdades regionais de desenvolvimento, a natureza da política de modernização da agricultura (integrada a jusante e a montante) e a impossibilidade da contribuição deste setor no rebaixamento durável dos preços alimentares. A agricultura patronal tem sido o único setor a se beneficiar das políticas estatais.

A agricultura familiar é desamparada de qualquer apoio eficaz de ordem política, jurídica, econômica e de amparo tecnológico. Assim como, também, não é organizado um sistema comercial para seus produtos, o que tem propiciado uma intensa especulação e exploração de seu trabalho. E o mais intrigante é que os proprietários com maior recurso financeiro se aproveitam dessa situação. Marx já havia feito essa previsão, só não conseguiu imaginar que o capitalismo criaria meios de estabelecer uma forma diferenciada de interceptação da renda do setor agrícola, através de relações de produção não capitalistas (produção familiar) e que esse modelo seria predominante nesse setor. O atual estágio de desenvolvimento da agricultura brasileira coloca em questão a maturidade do mesmo. O rebaixamento dos preços alimentares, a redistribuição de renda e a qualidade de vida do

produtor rural impõem a necessidade de modificação do próprio padrão de crescimento na agricultura.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC, Campinas: UNICAMP, Rio de Janeiro: ANPOCS, 1992. 275 p.

AMIN, S. e VERGOPOULOS, K. **A questão agrária e o capitalismo**. Tradução de Beatriz Resende. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 179 p. (Pensamento crítico, v. 15).

BRUMER, A. et al. A exploração familiar no Brasil. In: LAMARCHE, H. (Coord.) **Agricultura familiar**. Tradução de Ângela M. M. Tigiwa. Campinas: Ed. UNICAMP, 1993. p.179-234. (Coleção Repertórios).

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 8. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1998. 284 p.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Tradução de Rosa María Rússovich. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974. 342 p.

DOWBOR, L. **A formação do capitalismo dependente no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982. 213 p.

GORENDER, J. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A Questão agrária hoje**. 2. ed. Porto Alegre: UFRS, 1994. p.15-45.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O que é questão agrária**. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. 115 p. (Primeiros Passos, 18).

_____. **O novo rural brasileiro**. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 43-81, maio, 1997.

_____. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999. 238 p.

GRAZIANO NETO, F. **Modernização da agricultura e questão agrária**. In: _____. **Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. cap. 1, p. 17-78.

GUIMARÃES, A. P. **A crise agrária**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 362 p.

HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem**. Tradução de Waltensir Dutra. 21. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. 313 p.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Tradução de João Antunes. Lisboa: Portucalense, 1972. 2 v.

LAMARCHE, H. (Coord.) **Agricultura familiar**. Tradução de Ângela M. M. Tigiwa. Campinas: Ed. Unicamp, 1993. 336 p. (Coleção Repertórios).

LINHARES, Y. M.; SILVA, F. C. T. **História da agricultura brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1981. 170 p.

LOUREIRO, M. R. G. L. **Terra, família e capital**. Formação e expansão da pequena burguesia rural em São Paulo. Petrópolis: Vozes, 1987. 182 p.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: HUCITEC, 2000. 210 p. (Ciências Sociais, 43).

_____. **O cativo da terra**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1986. 157 p.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Tradução de Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural: 1996. 890 p. 2 v. (Os economistas).

MENDES, E. P.P. **A produção familiar em Catalão (GO): a Comunidade Coqueiro**. 2001. 202f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia (MG). 2001.

PETRONE, M. T. S. **O imigrante e a pequena propriedade**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. 89 p. (Tudo é história).

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. 20. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. 390 p.

_____. **História econômica do Brasil**. 39. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992. 364 p.

QUEIROZ, M. I. P. de. **O camponato brasileiro**. Ensaio sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1976. 242 p.

SZMERECSÁNYI, T. **Pequena história da agricultura no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1990. 102 p.

TRISÓGLIO, M. J.; DEGASPARI, S. D. Manual de normalização documentária para apresentação do trabalho acadêmico. **Presidente Prudente: UNESP, 2002. 44p. (Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação)**.

WANDERLEY, M. N. B. **Raízes históricas do camponato brasileiro**. XX Encontro Anual da ANPOCS. GT 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG. Outubro, 1996.

WOORTHMANN, E. F. **Herdeiros, parentes e compadres**. herdeiros do sul e sitiantes do nordeste. São Paulo: HUCITEC, Brasília: EDUnB, 1995. 336 p.

WOORTHMANN, E. F. e WOORTHMANN, K. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: EDUnB, 1997. 192

